



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201986000692	Distribuição: 24/05/2019
Número Único: 0000688-45.2019.8.25.0059	Competência: Poço Redondo
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO
Endereço:
Complemento:
Bairro:
Cidade: POCO REDONDO - Estado: SE - CEP: 49810000
Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000692

DATA:

24/05/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201986000692, referente ao protocolo nº 20190523190305703, do dia 23/05/2019, às 19h03min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE POÇO REDONDO - SERGIPE**

SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO, brasileira, convivente, lavradora, portadora do RG nº 1.475.364 SSP/SE e CPF nº 003.031.185-39, residente e domiciliada no Assentamento Cajueiro, S/N, Zona Rural, Poço Redondo/SE, CEP 49.810-000, Tel.: (79) 99895-2555, não possui endereço eletrônico, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico desconhecido, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Inicialmente, afirma a Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

DOS FATOS

No dia 29 de Dezembro de 2017, a Requerente encontrava-se como garupa no veículo motocicleta, marca/modelo I/YINXIANG IROS MOVING, ano 2011/2011, cor



preta, placa NVK-6371, CHASSI LB4MV104BC004715, Poço Redondo/SE, em nome de Rosilene Braz do Nascimento, pela rodovia estadual SE230, quando na altura do antigo Colégio Agrícola do Povoado Queimada Grande um animal (cachorro) cruzou a via fazendo com que o condutor perdesse o controle da motocicleta, vindo a Requerente cair abruptamente ao chão, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, a Requerente sofreu fratura na perna direita em virtude deste acidente, donde a Requerente necessitou e foi submetida a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, a Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de a Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em 13 de Julho de 2018, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa a Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ela sofrida no sinistro em comento.

DO DIREITO

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de





indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito da Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em 13 de Julho de 2018, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê a Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, a Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o exaurimento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça. Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial a Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência





mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(...)
II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.
(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:



§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - **quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

II - **quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso a Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendida com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- **Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE - INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE) DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).**



EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. **“O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ.** “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez da Autora, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa a Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude da Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, a Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a





não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;

- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez da Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 23 de Maio de 2019.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



ANEXO I

QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?



P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: Suzanne Braz do Nascimento
brasileira, casada, lavradora, inscrita
no RG sob N° 1.475.364 SSP/SE e no CPF
sob N° 003.031.185-39, residente e domi-
lilhada no Assentamento Caluena, S/N
Zona Rural, Poço Redondo/SE, CEP: 49810-000.

OUTORGADO: José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

N.ª Sr. da Glória/SE, 21 de Maio de 2019

Suzanne Braz do Nascimento
Assinatura



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Declarante: Suzanne Regina do Nascimento, brasileira casada, barradora inscrita no RG sob N.º 1475364 SSP/SE, e no CPF sob N.º 003.031.185-39, residente e domiciliada no Assentamento, Calulha, S/N, Zona Rural, Poço Redondo/SE, CEP 49810-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da "Gratuidade da Justiça", que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N.ª Sra. da Glória/SE 21 de Maio de 2019

X Suzanne Regina do Nascimento
Assinatura



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.475.364 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 01/03/2015

NOME SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO JOSE BRAZ DO NASCIMENTO
EDITE SOUZA

NATURALIDADE MONTE ALEGRE-SE DATA DE NASCIMENTO 24/03/1981

DOC ORIGEM CT. NASCIMENTO NR 9051 LV 11 FL 234
CPF CART. DIST. COM. MONTE ALEGRE/SE 003.031.185-39

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

EVI REIT FERREIRA DA SILVA
Bureau de Ident. de Ident. Dr. Carlos Mendes

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Sozeane Braz do Nascimento

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Contiplan

SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO
 ASSENT CAJUEIRO, 76 - AREA RURAL
 POÇO REDONDO / SE CEP 49810000 (AG 430)
 Emissão: 18/12/2017 Referência: Dez / 2017
 Classe/Suporte: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO
 Roteiro: 10 - 450 - 555 - 1940 Nº medidor: N1055074815

Energisa
 ENERGISA SERGIPE DISTRIB ENERGI SA
 Rua Minakopoulou Sales, 51 - Inácio Barbosa
 Aracaju - SE - CEP 49040-150
 CNPJ 13.017.462/0001-80 Insc. Est. 270.767.456
 Nota Fiscal / Contador Energia Elétrica Nº 000.430.104
 Cód. para Deb. Automático: 00007582141

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **Dez / 2017** Apresentação **18/12/2017** Data prevista da próxima leitura **17/01/2018** CPF/ CNPJ/ RANI **303118539** Insc. Est. **3/758214-1**

UC (Unidade Consumidora):

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
 Diversão com segurança é o que as crianças devem aprender. Nunca empine pipas perto dos fios da rede elétrica e não as retire caso fiquem presas na rede. Evada de usar fios metálicos para empinar pipas. Com segurança, não se brinca.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 20/11/17	Leitura 8116	Data 18/12/17	Leitura 8200	
CCI - Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Aliq. ICMS(R\$) Base Calc. Aliq. ICMS(R\$) Base Calc. Aliq. ICMS(R\$) Base Calc. Aliq. ICMS(R\$)	
Demonstrativo				
0801 Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,217960	6,53	0,02
0801 Consumo - 31 a 100kWh-BR	54,000	0,373670	20,17	0,08
0801 Adic. B. Vermelha			2,18	0,01
0810 Subsídio			28,92	0,08
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0807 CONTRIB. ILLUM. PUBLICA			7,72	0,00
0804 JUROS DE MORA 10/2017			0,40	0,00
0805 MULTA 10/2017			0,82	0,00
0898 ATUALIZAÇÃO MONETARIA 10/2017			0,01	0,00
0806 Devolução Subsídio			-21,21	0,00
CCI - Código de Classificação do Item	TOTAL		45,52	57,78

Média últimos meses (kWh)

VENCIMENTO
26/12/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 45,52

Histórico de Consumo (kWh)

81	87	74	88	85	76	84	102	80	80	91	100
Nov/17	Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Maio/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/17

RESERVADO
 d912.9fbf.d2ec.8a39.41b5.456a.7b45.6b83.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	21,74	0,00
DIC TRIMESTRAL	43,48	0,00
DIC ANUAL	15,79	0,00
FIC MENSAL	31,58	0,00
FIC TRIMESTRAL	56,68	0,00
FIC ANUAL	18,90	0,00
DMIC		
DICRI		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Distribuição Energética	7,72	16,97
Comércio de Energia	0,40	0,88
Serviços de Transmissão	0,82	1,82
Serviços de Geração	0,01	0,02
Impostos e Taxas Encargos	0,01	0,02
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	45,52	100,00

Valor do EUSO (Ref 10/2017) R\$ 10,00

ATENÇÃO
 - REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 02/01/2018. Conforme

Faturas em atraso
 Nov/17 **52,09**



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

RUA NOVA, CENTRO FONE: (79) 3337-1757 EMAIL: depol.pocoredondo@pc.se.gov.br

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06578.0-000067

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

Endereço: RUA NOVA, CENTRO FONE: (79) 3337-1757 EMAIL: depol.pocoredondo@pc.se.gov.br

FATO

Data e Hora do Fato: 29/12/2017 - 11:00 até 29/12/2017 - 11:00

Endereço: Número: Complemento: CEP: 49810-000

Bairro: CENTRO Cidade: POCO REDONDO - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: JOAO ANTEOJE VIANA DA SILVA

Nome do pai: ALOIZIO VIANA DA SILVA Nome da mãe: IZALTINA ALVES DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 12715638 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: POCO REDONDO Data de nascimento: 05/06/1974 Sexo: Masculino Cor da cútiis: Parda

Profissão: AGRICULTOR Estado civil: Convivente Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: ASSENTAMENTO CAJUEIRO Número: Complemento:

CEP: Bairro: Cidade: POCO REDONDO UF: SE

Proximidades: Telefone: 99895-2555

VÍTIMA

Nome: SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO

Nome do pai: JOSE BRAZ DO NASCIMENTO Nome da mãe: EDITE SOUZA

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 14753642 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: MONTE ALEGRE DE SERGIPE Data de nascimento: 24/03/1981 Sexo: Feminino Cor da cútiis: Parda

Profissão: AGRICULTORA Estado civil: Convivente Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: ASSENTAMENTO CAJUEIRO Número: Complemento:

CEP: 49.810-000 Bairro: Cidade: POCO REDONDO UF: SE

Proximidades: Telefone:

HISTÓRICO

NARRA o noticiante que a sua companheira SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO viajava na garupa de uma motocicleta pela Rodovia Estadual SE230 quando na altura do Antigo Colégio Agrícola do Povoado Queimada Grande um cachorro cruzou a via fazendo com que o condutor perdesse o controle da motocicleta; QUE os dois ocupantes do veículo foram projetados sobre a pista de rolamento, sendo que a SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO sofreu fraturas na perna direita, sendo socorrida por populares e conduzida a UPA/POÇO REDONDO de onde foi transferida posteriormente ao Hospital de Itabaiana; QUE a motocicleta se trata de uma I/YINXIANG IROS MOVING ano 2011 cor PRETA ano 2011 placa NVK6371/SE chassi LB4MV1041BC004715 renavam 00430229577 em nome de ROSILENE BRAZ DO NASCIMENTO. Nada Mais.

Data e hora da comunicação: 29/01/2018 às 10:57

Última Alteração: 29/01/2018 às 10:59.

CBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

JOAO ANTEOJE VIANA DA SILVA
Responsável pela comunicação

JOSE ROBERTO DE MELO SANTOS
Responsável pelo preenchimento

RPO - Registro Policial de Ocorrência 201806278-0-000067
RUA NOVA, CENTRO FONE: (79) 3337-1757 EMAIL: depol.pocoaredondo@pcas.gov.br
DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

DELEGACIA RESPONSÁVEL
Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO
Endereço: RUA NOVA, CENTRO FONE: (79) 3337-1757 EMAIL: depol.pocoaredondo@pcas.gov.br

FATO

Data e Hora do Fato: 29/01/2017 - 11:00 às 29/01/2017 - 11:00
Endereço: Número: Complemento: CEP: 48810-000
Bairro: CENTRO Cidade: POÇO REDONDO - SE Circunscrições: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO
Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Emprego: OUTRO

VÍTIMA-VÍTIMA

Nome: JOAO ANTEOJE VIANA DA SILVA
Nome do pai: ALOIZIO VIANA DA SILVA Nome da mãe: EALITIA ALVES DOS SANTOS
Pessoa: Física CPF/CNPJ: 000.000.000-00 RG: 12718938 UF: SE Órgão expedidor:
Naturalidade: POÇO REDONDO Data de nascimento: 08/08/1974 Sexo: Masculino Cor da pele: Parda
Profissão: AGRICULTOR Estado civil: Conjugado Grau de instrução: 1º Grau incompleto
Endereço: ASSANTAMENTO CAJUEIRO Número: Complemento:
CEP: Bairro: Cidade: POÇO REDONDO UF: SE
Proximidades: Telefone: 98928-2528

VÍTIMA

Nome: SOZANE BRAZ DO NASCIMENTO
Nome do pai: JOSE BRAZ DO NASCIMENTO Nome da mãe: EDITE SOUZA
Pessoa: Física CPF/CNPJ: 000.000.000-00 RG: 1472942 UF: SE Órgão expedidor:
Naturalidade: MONTE ALEGRE DE SERGIPE Data de nascimento: 24/03/1981 Sexo: Feminino Cor da pele: Parda
Profissão: AGRICULTORA Estado civil: Conjugado Grau de instrução: 1º Grau incompleto
Endereço: ASSANTAMENTO CAJUEIRO Número: Complemento:
CEP: 48810-000 Bairro: Cidade: POÇO REDONDO UF: SE
Proximidades: Telefone:

HISTÓRICO

NARRA o histórico das duas vítimas SOZANE BRAZ DO NASCIMENTO vivia no grupo de uma motocicleta na Rodovia Estadual 3230 quando na altura do Angico Colégio Agostinho de Povoado Quelma Grande um cachorro cruzou a via fazendo com que o condutor perdesse o controle da motocicleta, QUE os dois ocupantes do veículo foram projetados sobre a pista de momento, sendo que a SOZANE BRAZ DO NASCIMENTO sofreu fraturas na perna direita, sendo socorrida por populares e conduzida a UPA POÇO REDONDO onde foi transferida posteriormente ao Hospital de Itabiana, QUE a motocicleta se trata de uma YAMAHA INOS MOVING ano 2011 cor PRETA ano 2011 placa NVK6371SE chassi LB4MV10418004710 renavam 604002907 em nome de ROSILENE BRAZ DO NASCIMENTO Nela Mãe

ATO

MS/DATASUS		HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO	
No. DO BE: 509339		DATA: 29/12/2017 HORA: 16:53 USUARIO: JFSANTOS	
CNS:		SETOR: 05-SUTURA	
IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	: SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO	DOC....	: 1475364
IDADE.....	: 36 ANOS NASC: 24/03/1981	SEXO...	: FEMININO
ENDERECO.....	: ASSENTAMENTO CAJUEIRO	NUMERO:	: 00
COMPLEMENTO....	: CASA BAIRRO: ZONA RURAL		
MUNICIPIO.....	: POCO REDONDO UF: SE	CEP....	: 49810-00
NOME PAI/MAE...	: JOSE BRAZ DO NASCIMENTO /EDITE SOUZA		
RESPONSAVEL....	: A MESMA	TEL....	: 000
PROCEDENCIA....	: POCO REDONDO - SE		
ATENDIMENTO....	: ACIDENTE MOTOCICLISTICO		
CASO POLICIAL..	: NAO PLANO DE SAUDE.....	: NAO	TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO:	: NAO	VEIO DE AMBULANCIA:	: NAO
PA: [X]	mmHg]	PULSO: []	TEMP.: [] PESO: []
EXAMES COMPLEMENTARES:	[] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC	[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA	
SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO			
DADOS CLINICOS:		DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /	
ANOTACOES DA ENFERMAGEM:		<div>SABEMI SEGURADORA S/A 04 MAI 2018 RECEBIDO</div>	
DIAGNOSTICO:		CID:	
PRESCRICAO		HORARIO DA MEDICACAO	
DATA DA SAIDA: / /		HORA DA SAIDA: :	
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA			
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO			
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):			
TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):			
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL			
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL.		ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO	

RECEITUÁRIO

Nome:

Jonas Bez do Nascimento

Paciente vítima de queda de
trato e posterior trauma e
muito ferido direito
e fratura e tibia no dia
29.12.2017, trazendo consequen-
cias pl/ posterior

Dr. R. J. Costa
CRM/SE 4222

Ass. e Carimbo / CRM

19
07
2018

Data

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Receituário

JOZANE BEAZ DO NASCIMENTO

RELATÓRIO MÉDICO

A PACIENTE JOZANE BEAZ DO NASCIMENTO
COM O DIAGNÓSTICO DE
FRATURA DA TÍBIA DA
PÉ ANTERIOR, SEM GRAU
DE DEFORMIDADE VERIFICADA
C/D: 5-820

Dr. Antonio E. Lara Jrce
Ortopedia - Traumatologia
CRM 2802 - TEOT 6824

Lo: 24609118

Avenida 13 de junho nº 776 - Centro - Itabaiana - SE - Fone: (79) 3432 9200



Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

[/Pages/Acessibilidade.aspx](#)[/Pages](#)[/Atalhos-de-](#)[acesso.aspx](#)

DOCUMENTOS DE INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas](#)[Médicas \(/Pages](#)[/Documentacao-](#)[Despesas-](#)[Medicas.aspx\)](#)[Documentos Invalidez](#)[Permanente \(/Pages](#)[/Documentacao-](#)[Invalidez-](#)[Permanente.aspx\)](#)[Documentos Morte](#)[\(/Pages](#)[/Documentacao-](#)[Morte.aspx\)](#)[Dicas Indispensáveis](#)[\(/Pages/Dicas-](#)[Indispensaveis-Para-](#)[Pedir-](#)[a-Indenizacao.aspx\)](#)

PAGUE SEGURO

[Como Pagar \(/Pages](#)[/Saiba-como-](#)[pagar.aspx\)](#)[Consulta a Pagamentos](#)[Efetuados \(/Pages](#)[/Consulta-](#)[a-Pagamentos-](#)[Efetuados.aspx\)](#)

ACOMPANHE O PROCESSO

[Clique aqui para saber](#)[sobre o andamento do](#)[seu pedido de](#)[indenização. \(/Pages](#)[/Acompanhe-](#)[o-Processo-de-](#)[Indenizacao.aspx\)](#)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é

SINISTRO 3180300604 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Filial Aracaju-SE

BENEFICIÁRIO SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO

CPF/CNPJ: 00303118539

Posição em 28-02-2019 10:25:55

O pedido do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

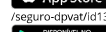
Data do Pagamento Valor da Indenização Juros e Correção Valor Total

13/07/2018 R\$ 2.362,50 R\$ 0,00 R\$ 2.362,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
05/09/2018	Reanálise de processo - Conduta mantida	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/rP9ka7cB91qhaEQF1sYEA==/z__de3oNpE/GnwYpvtT9XU+-EFE6vmpiDw==/hUjn0lkmBM9d57FYmnlvnrWrNubZFfnKAIEcn2sfeQz4sOeB89nqt6__uPOXw2+veN+5zunKb013hm3WV0NA==?z
07/08/2018	Exigência Documental	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/tjdjskK04egbypR280zGHIA==/JjvEXV__DtAr/jb04janrlc__Knlr7YDBSdgs=/9iyhnB4spgFb2XTTZ__loaaTmeB1BYCCGoCAfZT3VC6QKNC7igDR3lN2sk0uThBWZ1gWi7gRTmeALYm2nJnBGg==?z
18/07/2018	Pagamento de indenização, com memória de cálculo de invalidez	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/v81GeUQiv+20cdZj5b2gIA==/bzCeKGq9K5f9eOhoXUjVZDwcodofPC5TQ==/ArB5Ajs2iEp3YYhePLofKejY+EU8lGRh4A__mkBJwtqwfIAqXKS3lgEXrVJGmsA317jDV+9Lxstd54jS95jwepjlt31ZsEv
06/07/2018	Aviso de Sinistro	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/a2OaHcuERsOnW0U:C7AxEA==/hhVuhE/kws+xj6caa6+adApHw2jKQ==/79USV4h1FK8B5zh3jgVz9FWSLg1chmSq5UROLdQjG4bRDjSYrVG__khOLkk3CvN37a

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

<https://itunes.apple.com/us/app/segu-ro-dpvat/id1375178092?l=pt&s=1&mt=8><https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataforma-digital>

Serviços

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx>

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Saiba-como-pagar.aspx>

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Pontos-de-Atendimento.aspx>

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Como-Pedir-Indenizacao.aspx>

Dúvidas e Respostas

[A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)

[Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)

[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)

[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)

[Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)

[Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes.aspx\)](#)

Atendimento

[Chat - Atendimento On-line \(/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line\)](#)

[Dúvidas, Reclamações e Sugestões \(/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes\)](#)

[Telefones de Contato \(/Contato/telefones-de-contato\)](#)

[Ouvidoria \(/Contato/Ouvidoria\)](#)

[Canal de Denúncias \(/Contato/canal-de-Denuncias\)](#)

[Mapa do Site \(/Mapa-do-Site\)](#)

[Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/BaixarAplicativo.aspx\)](#)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Useo.aspx\)](#)



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000692

DATA:

24/05/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

{Via Movimentação em Lote nº 201900181}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000692

DATA:

24/05/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Processo nº 201986000692 R. Hoje, Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50. Nos termos do art. 3341, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 28/06/2019, às 10:30 horas, no Fórum local. Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 24 de maio de 2019. Luiz Eduardo Araújo Portela Juiz de Direito A 1 Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Designo o dia 28/06/2019 às 10h:30min para que seja realizada audiência Conciliação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Redondo**

Nº Processo 201986000692 - Número Único: 0000688-45.2019.8.25.0059

Autor: SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Processo nº 201986000692

R. Hoje,

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50.

Nos termos do art. 334¹, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia **28/06/2019, às 10:30 horas, no Fórum local.**

Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC).

Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC).

Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15(quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

Poço Redondo/SE, 24 de maio de 2019.

Luiz Eduardo Araújo Portela

Juiz de Direito

A

1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA, Juiz(a) de Poço Redondo, em 24/05/2019, às 14:15:23**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001291702-62**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000692

DATA:

27/05/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que nesta data expedi mandado/carta de nº 201986002982. Certifico ainda que a parte requerente, resta intimada da audiência por seu advogado via DJ.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000692

DATA:

27/05/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201986002982 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal(Justiça Gratuita)



201986002982

PROCESSO: 201986000692 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000688-45.2019.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: SOZEANE BRAZ DO NASCIMENTO
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: DESPACHO Processo nº 201986000692 R. Hoje, Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50. Nos termos do art. 334, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 28/06/2019, às 10:30 horas, no Fórum local. Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 24 de maio de 2019. Luiz Eduardo Araújo Portela Juiz de Direito A 1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Designo o dia 28/06/2019 às 10h:30min para que seja realizada audiência Conciliação.

Data e horário da audiência: 28/06/2019 às 10:30:00, **Local:** Fórum de Poço Redondo/SE.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74

Bairro: Centro

CEP: 20031205

Cidade: Rio de Janeiro - -

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74

Bairro: Centro

CEP: 20031205

Cidade: Rio de Janeiro - -

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **YURI RODRIGO DE SOUZA ARAGÃO**, **Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo**, em 27/05/2019, às 17:00:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001307874-46**.